



INTOLERÂNCIA RELIGIOSA E REDES SOCIAIS: NOVOS TERRITÓRIOS E ANTIGAS PRÁTICAS

Rosiane Rodrigues de Almeida¹

<http://lattes.cnpq.br/7558799991459140>

RESUMO – O objetivo deste trabalho é o de refletir acerca das afetividades desenvolvidas a partir das relações estabelecidas nas redes sociais, mais especificamente, nos sites que promovem encontros. A investigação de caráter etnográfico durou cerca de três meses e surgiu de uma curiosidade relativa à vida amorosa das mulheres que seguem o candomblé e se apresentam com roupas religiosas em seus **avatares** na rede mundial de computadores. A proposta deste artigo é o de apontar algumas considerações em um campo ainda pouco explorado que se estabelece a partir das relações afetivas no ambiente virtual, considerando o dado imagético religioso. Os dados apontam que os ambientes digitais, apesar de ainda pouco explorados, se revelaram espaços profícuos para investigação antropológica. A originalidade se dá devido ao recorte sobre a o pertencimento religioso evidenciado no perfil do usuário que, pelo menos no caso do candomblé, torna-se o ponto principal para que algum tipo de relação seja estabelecida.

PALAVRAS-CHAVE – Intolerância religiosa; redes sociais; candomblé

ABSTRACT: The objective of this paper is to reflect on the affectivities developed from the relationships established in social networks, more specifically, on the sites that promote meetings. The ethnographic research lasted about three months and arose from a curiosity related to the love life of women who follow *candomblé* and present themselves in religious clothing in their **avatars** on the net. The purpose of this article is to point out some considerations in a field that has not yet been explored, which is based on the affective relations in the virtual environment, considering the religious image data. The data indicate that the digital environments, although still little explored, have proved to be useful spaces for anthropological research. The originality is due to the clipping on the religious belonging evidenced in the profile of the user who, at least

¹ Bolsista Capes, doutoranda no Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense/RJ. Pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos (INeAC/UFF) e Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP/UFF).



in the case of *candomblé*, becomes the main point for some kind of relationship to be established.

KEYWORDS – religious intolerance; social networks; *candomblé*

O objetivo deste trabalho é o de refletir acerca das afetividades (CEFAÏ, 2009) desenvolvidas a partir das relações estabelecidas nas redes sociais, mais especificamente, nos sites que promovem encontros. Por certo que minhas análises não possuem a pretensão de apresentar dados conclusivos, uma vez que a investigação durou cerca de três meses e surgiu de uma curiosidade relativa à vida amorosa das mulheres que seguem o *candomblé*² e trata-se de um tema que tangencia meus interesses para o doutorado. Neste sentido, o que pretendo com este artigo é o de apontar algumas considerações em um campo ainda pouco explorado que são as relações afetivas no ambiente virtual, considerando o dado religioso. Ao realizar o mestrado em Antropologia, meu interesse foi orientado para o mapeamento das controvérsias³ que envolvem a categoria intolerância religiosa entre os afro-religiosos no Movimento Negro. Tanto que o objeto que tenho construído para o doutorado tem objetivo de compreender como os adeptos das religiões afro têm apresentado suas demandas por garantias de direitos no espaço público. No entanto, as práticas e vivências dos meus interlocutores no campo empírico chamam atenção para a importância de suas inserções em ambientes digitais, enquanto

² Utilizo o entendimento de Candomblé, conforme Prandi: "religião brasileira dos orixás e outras divindades africanas que se constituiu na Bahia no século XIX – e demais modalidades religiosas conhecidas pelas denominações regionais de xangô, em Pernambuco, tambor-de-mina, no Maranhão, e batuque, no Rio Grande do Sul, formavam, até meados do século XX, uma espécie de instituição de resistência cultural, primeiramente dos africanos, e depois dos afrodescendentes, resistência à escravidão e aos mecanismos de dominação da sociedade branca e cristã que marginalizou os negros e os mestiços mesmo após a abolição da escravatura. Eram religiões de preservação do patrimônio étnico dos descendentes dos antigos escravos. Assim foram conhecidas e analisadas por Roger Bastide que, entretanto, já observava a presença de brancos no candomblé no final da década de 1940, antecipando a transformação do candomblé e congêneres em religiões de caráter universal (Bastide, 1945, 1971, 1978). De lá para cá, muita coisa mudou, fazendo dessas religiões organizações de culto desprendidas das amarras étnicas, raciais, geográficas e de classes sociais. Não tardou e foram lançadas no mercado religioso, o que significa competir com outras religiões na disputa por devotos, espaço e legitimidade" (PRANDI, 2004, p. 222)

³ Conforme proposto por Montero: "uma forma de 'incerteza compartilhada', ou seja, uma série de 'situações nas quais os atores estão de acordo de que discordam entre si' (...) trata-se de compreender como um conjunto de fatos é reunido em um debate público, quais os processos de tradução que transformam o sentido da linguagem ordinária em um problema social" (MONTERO, 2012, p. 178).



territórios de reivindicação de direitos e de divulgação de casos de intolerância religiosa, com sentido denunciatório que objetivam pressionar as autoridades jurídicas ou governamentais⁴.

São essas características que fazem com que a internet represente *locis* – tenho pensado a internet não como um território no singular, mas como territórios, devido ao caráter heterogêneo e plural, uma vez que estamos nos referindo a várias redes sociais (Facebook, WhatsApp, Youtube, Twitter, Snapchat) entendidas como uma miríade de espaços cujo objetivo é o de estabelecer relacionamentos entre pessoas e/ou organizações, desprezando dimensões geográficas entre seus membros no compartilhamento de valores, ideias e informações, sejam de interesse comum ou não, fazendo com que cada território se diferencie em termos de linguagem e acesso, uma vez que também possuem variáveis tecnológicas (PC, Smartphone, Notebook) quanto as formas de acessá-las - cada vez mais atrativos para investigações sobre os usos que os ativistas afro-religiosos⁵ estão fazendo da rede mundial de computadores. Não por acaso, o ativismo na internet tem desafiado a análise antropológica porque é possível perceber que não é só a observação das interações pelo pesquisador, mas as próprias práticas dos interlocutores, tem se tornado multissituadas (HARNNERZ, 2003), considerando que, um ativista que reside no Rio de Janeiro, através da internet, pode influenciar em demandas reativas a casos de intolerância religiosa que acontecem em outros estados⁶ ou ainda entro país. Necessário ressaltar que a interação em ambientes digitais, assim como a própria utilização dos equipamentos eletrônicos, como o smartphones, por exemplo, são ainda pouco explorados pelas análises antropológicas. Neste sentido, as relações

⁴ A mobilização consiste em denunciar agressões e atentados cometidos contra sacerdotes e terreiros em nível nacional e compartilhar os casos nas páginas dos órgãos como Ministério Público Federal, Ministérios Públicos do Estados; além de disponibilização de documentos e petições que exigem a garantia de direitos de liberdade de culto e crença.

⁵ O termo afro-religioso é uma forma criada pela pesquisadora como categoria de hetero-definição para classificar genericamente os adeptos das religiões afro-brasileiras, mais notadamente os da Umbanda e do Candomblé.

⁶ Um caso que chama atenção neste contexto é o do babalorixá Josué d'Ogun, condenado a 28 dias de prisão por perturbação da ordem pública, na cidade de Cafelândia (SP). O caso despertou revolta em sacerdotes afro de vários estados do país, que se mobilizaram e passaram a publicar protestos diários nos sites da Prefeitura e do Fórum da cidade. Segundo notícias do babalorixá Josué, devido à pressão exercida pelos protestos virtuais, o juiz chamou o advogado que conduz o caso, propondo um acordo para o tratamento acústico do terreiro. O caso ainda permanece sem solução.



estabelecidas nos sites de encontros são ainda menos observadas, ainda mais se considerarmos como o dado religioso aparece (ou não) nesse tipo de interação. No entanto, para tentar compreender como se dão essas novas formas de interações é preciso reconhecer que,

Muitas mudanças importantes já ocorreram e continuarão a acontecer por causa da internet. Uma delas é que nos diz respeito mais diretamente é quanto à própria forma de conhecer, pois mudou a relação com o conhecimento e tudo o que diz respeito aos modos de produzi-lo, armazená-lo e de promover a sua circulação (GOMES, 2008, p.1)

Da intolerância religiosa aos afro-casamentos (ou falta deles)

Para tentar demonstrar como foi possível construir este objeto – que tem o objetivo de provocar algumas reflexões sobre como o dado religioso é considerado ou não nos espaços virtuais de encontros entre adultos – passarei a descrever uma série de acontecimentos que foram se desenrolando e me levaram a permanecer no aplicativo **Badoo** entre fevereiro e maio de 2016.

Desde 2009 estou envolvida com as pesquisas realizadas pelo Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas (NUFEP-UFF) relativas às etnografias sobre a administração de conflitos que envolvem a categoria intolerância religiosa (MIRANDA, 2010; GOULART, 2010; BONIOLO, 2011; MIRANDA *et alli*, 2011; RANGEL, 2013) na cidade do Rio de Janeiro. Neste primeiro momento eu participava dessas pesquisas como interlocutora⁷, em 2012 me tornei pesquisadora do Instituto Nacional de Estudos Comparados de Administração Institucional de Conflitos (INCT-INeAC). Ao realizar minha investigação do mestrado, entre início de 2013 e meados de 2014, tive como lócus de investigação o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine-Rio) – órgão formado por 27 instituições do Movimento Negro carioca, ligado à

⁷ Devido ao processo de vitimização por intolerância religiosa sofrido numa ação de Regulamentação de Visitas que acabou por inverter provisoriamente a guarda do meu filho caçula ao pai, passei a colaborar como voluntária na assessora de imprensa da Comissão de Combate à Intolerância Religiosa (CCIR). Ver o vídeo “Conflitos da Fé”.



Secretaria de Governo da Prefeitura do Rio de Janeiro (ALMEIDA, 2014). O interesse foi o de mapear, a partir do olhar dos ativistas, como os afro-religiosos dialogam com as instâncias governamentais, sobretudo junto aos órgãos de Igualdade Racial, tendo em vista a entrada dos neopentecostais⁸ na política (MARIANO, 1999; VITAL da CUNHA e LOPES, 2012). Porém, foi a partir da construção do campo empírico para o doutorado, com a inserção no Grupo de Estudos Braulio Goffman (GEBG) – que funciona no terreiro de Umbanda Caridade Eterna, na zona norte do Rio de Janeiro – que os ambientes digitais passaram a ser um campo considerável de investigação.

No meado de 2013, enquanto ainda realizava a etnografia para o mestrado, passei a acompanhar pela rede social Facebook as atividades do GEBG na promoção de palestras e encontros quinzenais regulares, às terças-feiras, além de entrevistas com sacerdotes do Candomblé, veiculadas em programas para internet⁹. No início eu apenas os acompanhava através das postagens na rede social, assistindo os programas apresentados por Seu Caboclo¹⁰, que dois anos depois – quando passei a frequentar o Grupo – viria a se tornar um dos principais interlocutores da tese para o doutorado. Segundo ele, a produção de programas para web é uma tentativa de dar visibilidade às demandas dos afro-religiosos e de utilizar “esta fantástica ferramenta revolucionária que é a internet” a favor dos religiosos. A família do interlocutor é a responsável por todo desempenho técnico do Grupo: eles gravam, cuidam do som, cenário, preparam as pautas, porém as edições e o upload dos programas para os canais do YouTube e distribuição via perfis do Facebook, ficam somente a cargo do Seu Caboclo. Segundo o interlocutor, todos os materiais utilizados no trabalho são caseiros (câmera, microfone, computador e HDs para armazenamento e o computador que faz a edição) e não há

⁸ Ver Freston, 1994

⁹ Os programas são o “Falando de Axé”, que aborda a vida espiritual de pais e mães de santo; o “Mesa de Ogans”, que entrevista sacerdotes masculinos que não incorporam, e o “Tolha de Ekede”. Desde setembro de 2015 passei a apresentar o programa “Escribas” que entrevista pesquisadores das mais diversas áreas da Ciência. A base das entrevistas é que os entrevistados contem como suas experiências e que possam difundir conhecimento para o ‘Povo de Santo’.

¹⁰ Dada às subjetividades e comprometimentos políticos de meus interlocutores, que acionam múltiplas identidades em seus discursos, preferi nomeá-los a partir de apelidos que, mesmo considerando suas características no meio religioso, os tornam anônimos para os que não conhecem o campo.



nenhum patrocínio governamental ou privado para o custeio dos equipamentos e/ou manutenção. Ou seja, todo trabalho é voluntário e o custeio dos equipamentos é feito quase que exclusivamente por este interlocutor.

“Difícil é mulher de candomblé ter marido”

Quando iniciei a pesquisa no GEBG, tornei-me observadora participante de suas práticas. Nas primeiras visitas, a convite do Seu Caboclo, devido a minha experiência como jornalista, comecei a escrever alguns textos e roteiros para os programas e, mais tarde, em setembro de 2015, passei a apresentar e produzir o Programa *Escribas*¹¹, também a pedido do interlocutor. Este programa tem o intuito de aproximar a comunidade acadêmica, em suas mais diversas áreas de pesquisa, do público do Grupo de Estudos, cujo objetivo é o de divulgar, sempre numa linguagem acessível, as pesquisas em andamento nas universidades. Os vídeos das entrevistas são disponibilizados no canal do YouTube e compartilhado nas redes sociais. Segundo os membros, todos estes programas produzidos pelo GEBG são assistidos quase que exclusivamente pelo “Povo de Santo”¹². Ou, pelo menos, do ponto de vista dos participantes, todo conteúdo produzido é voltado prioritariamente para adeptos e seguidores da Umbanda e do Candomblé.

Foi durante uma das conversas informais com uma das pesquisadoras entrevistada do Programa *Escribas*, que Seu Caboclo comentou que “uma das coisas mais difíceis era a de ver uma mãe de santo casada, ou até mesmo uma mulher de candomblé de meia idade que tivesse marido”¹³. Sua fala, completamente dentro do contexto da conversa (que girava em torno dos conflitos entre os casais afro-religiosos), uma vez que a entrevistada estuda temas relacionados a identidade de gênero no candomblé, me causou estranhamento, justamente porque esta nunca havia sido uma preocupação que fizesse

¹¹ Ao contrário dos outros programas, que possuem certa periodicidade, o *Escribas* está sempre sujeito a agenda dos entrevistados – que ou são docentes ou pesquisadores dos programas de pós-graduação das universidades – e da própria entrevistadora, que realiza trabalho voluntário para o Grupo.

¹² Categoria nativa que expressa uma miríade de adeptos e sacerdotes das mais variadas expressões da religiosidade afro-brasileira.

¹³ Marido, no caso, pode ser compreendido como qualquer relacionamento estável, socialmente reconhecido.



parte dos repertórios discursivos dos meus interlocutores. Por mais que eu já houvesse identificado uma tensão de gênero na etnografia do mestrado, quando as interlocutoras (mulheres negras) acusavam os homens negros de preferir se relacionarem com mulheres brancas¹⁴, e de ter apontado que este deveria ser um assunto que merece ser aprofundado pela importância do recorte racial nas relações matrimoniais¹⁵, o tema apareceu tangenciado na etnografia por fugir do escopo da pesquisa. O fato é que, segundo algumas interlocutoras do Comdedine-Rio, esta preferência estaria ligada ao racismo brasileiro que historicamente desumaniza o corpo da mulher negra (NOGUEIRA, 1999), traduzido num conhecido adágio popular que diz que “as negras são para transar, as morenas para namorar e as loiras para casar”¹⁶. No entanto, aquela afirmação tão segura do Seu Caboclo sobre as “mulheres de candomblé que dificilmente têm marido”, me causou um certo desconforto. Ele passou a enumerar uma série de mães de santo e adeptas que ou eram separadas ou se mantinham sozinhas. Segundo ele, “os homens, mesmo os que seguem alguma religião afro-brasileira, têm medo dessas mulheres que sabem fazer feitiço e podem “descobrir muitas coisas” no jogo de búzios”. Passei rapidamente a memória e percebi que a maioria das mulheres citadas pelo interlocutor era negra. Ora, se os estudos sobre as relações matrimônias, considerando o recorte racial, já são escassas, fiquei refletindo como seria possível tentar compreender em que medida o pertencimento religioso poderia ser, ao menos, considerado como um dado

¹⁴ Este é um tema bastante delicado e quase não é conversado abertamente porque as pessoas não querem ser taxadas de radicais e/ou racistas. Porém, a discussão vai no sentido de que seja defendido que os casamentos devem ser feitos apenas entre os negros, mas essa posição é vista dentro do grupo como radical e não coerente com as propostas que pretendem ampliar a discussão do racismo na sociedade abrangente. O discurso hegemônico diz respeito de que “o amor não tem cor” e que é racismo ficar discutindo se negros e brancos podem se apaixonar. Segundo um dos meus interlocutores: “A mulherada faz o maior fuzuê quando um homem negro casa com uma mulher branca, mas quando é ao contrário a gente não grita. A gente também fica ‘puto’ de ver as nossas mulheres com homens brancos, mas, sabe como é que é, ‘o bom cabrito’ não berra”. (ALMEIDA, 2014)

¹⁵ Cardoso de Oliveira (2004) já havia relatado uma tensão neste sentido, envolvendo a filha de uma mulher branca com um homem negro.

¹⁶ A jornalista Joice Berth, do jornal Imprensa Feminista, utilizou este mesmo adágio no artigo “O racismo e a sexualidade: o caso de Nick Minaj e a desumanização da mulher negra”. Disponível em <http://www.geledes.org.br/o-racismo-e-a-sexualidade-o-caso-de-nick-minaj-e-a-desumanizacao-da-mulher-negra/#ixzz4G2mCf3Xp>



relevante e possível de investigação, tendo em vista que o candomblé é compreendido como uma religião eminentemente negra¹⁷.

Um mundo novo?

Alguns dias depois deste episódio, duas amigas – mulheres separadas de seus respectivos companheiros, mães, ambas em torno dos 45 anos de idade e adeptas do candomblé – me confidenciaram que estavam **maravilhadas** com o sítio de relacionamentos **Badoo**¹⁸. Como se fossem adolescentes, elas me mostraram as conversas travadas no chat do aplicativo. Uma delas contou, entre risinhos nervosos:

É um negócio fantástico. A gente vai vendo as fotos dos perfis e dando match¹⁹... é como um cardápio que a gente seleciona o que interessa. Aí, se o cara se interessar também, a gente começa a conversar. Caso a gente veja que rende mais que uma conversa, a gente passa o número do WhatsApp. Já estou conversando com quatro rapazes do aplicativo e todos os dias recebo “bom dia”, “como vai, linda?”, “estou com saudades”, além de vários coraçãozinhos... é muito bom, levanta a autoestima.

As duas interlocutoras moram na Cidade de Deus e, até aquele momento, não possuíam nenhuma perspectiva de iniciar uma nova relação, apesar de, segundo elas, já usarem o Badoo há pouco mais de duas semanas. Conforme suas falas, ainda não haviam conhecido pessoalmente nenhum dos homens com os quais conversavam diariamente através do aplicativo ou do WhatsApp. Em suas palavras, “não tinham trazido os *matches*

¹⁷ Ver o Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.288/2010)

¹⁸ **Badoo**: rede social que serve de meio-de-campo para quem quer conhecer novas pessoas. Em muitos casos funciona como um “barzinho virtual” para adultos que também é visto como uma oportunidade para quem busca sexo casual. O site tem 10 milhões de usuários ativos por mês só no Brasil, onde tem sua maior audiência. Em todo o mundo, são 35 milhões de pessoas que usam mensalmente o serviço. Por ser uma rede para adultos, o usuário que acessa o site pela primeira vez pode se assustar por alguns tipos de conteúdo. É comum ver pessoas sem camisa ou mesmo imagens de mulheres com decotes generosos. <http://tecnologia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/02/24/rede-social-da-pegacao-badoo-promove-de-amizade-a-sexo-casual.jhtm>

¹⁹ Expressão que vem do aplicativo de encontros **Tinder**. Quando alguém dar match em você é porque você e essa pessoa curtiram e aprovaram a foto um do outro, assim dando match. A partir daí o aplicativo abre um chat onde vocês podem conversar para marcar um encontro. O **Badoo** funciona de forma similar.



para o mundo real”²⁰. Falei com elas sobre a conversa que tive no GEBG e de que como havia sido afetada (FAVRET-SAADA, 2005) pela observação daquele interlocutor. Assim como eu, elas também se identificaram com a fala de Seu Caboclo, apesar de não associarem o pertencimento religioso ao candomblé como um diacrítico negativo no mercado matrimonial. Para elas, a dificuldade de relacionamento consistia em terem média de idade acima dos 40 anos e o fato de terem filhos, motivo principal para afugentar possíveis pretendentes. Mesmo considerando que estes fossem motivos plausíveis, propus a experiência de compararmos o que aconteceria se elas revelassem o pertencimento religioso, uma vez que o aplicativo possibilita a inclusão de fotos e o devido acompanhamento dos interessados que dão ‘match’ pois realiza o armazenamento das conversas. Ora, uma vez que os interessados em seus perfis continuavam conversando e as galanteando, mesmo sabendo de suas verdadeiras idades e do número de filhos (uma tem quatro e a outra três) que possuíam²¹, o que aconteceria se soubessem que são religiosas do candomblé? Os galanteios mudariam? Se mudassem, de que forma poderíamos considerar o dado religioso como um diacrítico para o estabelecimento de relações, mesmo que fossem para encontros casuais? Ficamos as três muito animadas com as possibilidades...

Consideramos que fora do mundo virtual seria bastante improvável que pudéssemos realizar a aferição e comparação dos dados, uma vez que seria, no mínimo, constrangedor que alguém fosse para um barzinho, com sentido de conseguir algum encontro, com roupas e paramentas que as identificasse como de religião afro. Mesmo assim, elas ficaram receosas em colocar fotos em seus perfis que as identificassem com o candomblé. “Ah, eu não quero expor minha religião”, disse uma delas. Então, propus que eu entrasse no aplicativo, fizesse um perfil onde uma das fotos seria com trajes

²⁰ Na verdade, até enquanto escrevia este artigo, cerca de seis meses depois desta conversa, desconheço que tenham se relacionado com algum dos rapazes do aplicativo.

²¹ As duas informaram que não escondiam as idades nem o número de filhos que possuíam. Segundo elas, a ideia de usar o aplicativo era a de abrir novas possibilidades de conhecer “alguém legal para um relacionamento.”



religiosos do candomblé²² e passaríamos a comparar as abordagens. Elas concordaram de pronto e me ajudaram a criar o perfil. O fato de poder contar com a ajuda dessas duas interlocutoras, que se não podem ser alçadas a condição de pesquisadoras, se tornaram fundamentais para a comparação dos dados, levou a considerar que,

Uma das coisas fundamentais que a internet exige daqueles que pretendem estudá-la – isto é, fazer dela o seu campo empírico de observação ou mesmo objeto de pesquisa – é uma relação bem maior de simetria, sem o que a relação de pesquisa torna-se praticamente impossível. Isto quer dizer que questões como a “autoridade etnográfica” e as relações de confiança precisam ser mais negociadas na internet, pois a política do significado nela é mais intensa e explícita, não é um atributo ou privilégio apenas de intelectuais, ao contrário. (GOMES, 2008, p.2)

No entanto, mesmo informada de que todo pesquisador intervêm em seu campo, assim como o próprio campo propõe alterações em quem o pesquisa, naquele momento eu estaria sendo parte indissociável da pesquisa, já que minha participação, em certa medida, extrapolava a dimensão de observadora participante. O fato é que verdadeiramente ainda não havia lidado com a etnografia com esta pujança da “experiência humana” (BERREMAN, 1975, p.124) que ela pode estabelecer em determinados aspectos, principalmente quando o **estar lá** é efetivamente ser parte indissociável da investigação. Não seria possível tomar a escrita na terceira pessoa. Não seria sobre a experiência de ver e ouvir o campo, intermediada pelo olhar do interlocutor, que eu escreveria. Mas, a experiência realizada em mim e comigo, a partir da minha imagem e das informações contidas no meu perfil. Construir o perfil foi como me construir para acessar o terreno virtual. Mesmo o **Badoo** não sendo um ambiente digital imersivo, ainda assim faz-se necessário criar uma identidade e escolher uma forma para interagir no ambiente (LEITÃO e GOMES, 2011). Por isso, mesmo sabendo que

²² Sou iniciada para Orixá há 16 anos. Minhas duas amigas também são adeptas, sendo que uma é iniciada e a outra, suspensa.



poderia estar lidando com avatares²³, por uma questão de ética, optei por preencher com informações reais os dados exigidos para criação do perfil e, além da religião, também informei o pertencimento institucional à Universidade Federal Fluminense e ao grupo de pesquisa ao qual estou vinculada, uma vez que minha permanência no aplicativo estava condicionada a investigação. Elaborei cuidadosamente todos os detalhes, tomando o cuidado em não deixar que o site deixasse informações pessoais como telefone, email e endereço, acessíveis aos usuários.

Cerca de 20 minutos depois de criado o perfil, começaram os primeiros *matches*. Porém, ao contrário do que acontecia com as interlocutoras - cujos perfis com os quais elas interagiam iniciavam uma conversa após o match e já pediam o número do WhatsApp – comigo as coisas seguiram em outro rumo e eram apenas *matches* e nada de conversas. Durante os três meses em que permaneci no aplicativo, entabulei conversas com apenas seis perfis diferentes²⁴. Todos eles informavam ser de homens héteros, solteiros/separados, entre 44 e 60 anos, moradores do Rio de Janeiro. Ou seja, estavam de acordo com a seleção de sexo, idade, estado civil e cidade que é possível fazer sobre os padrões dos usuários com os quais pretendemos nos relacionar no aplicativo. Não por acaso, segui a mesma seleção das minhas interlocutoras. Porém, enquanto as conversas com elas seguiam o padrão de começar com elogios (“você é linda”, “estou apaixonado por você” “Bom dia, princesa”) ou com convites explícitos (“quero te conhecer”, “vamos sair?”, “você tem uma boca boa para beijar”) comigo era o dado religioso que servia de pretexto para iniciar a conversa (“você é do santo, mesmo?”, “você é da umbanda?”),

²³ "O corpo do avatar é parte ativa do processo de existir e interagir com e no ambiente. Assim, realizar pesquisa num mundo virtual, como abordaremos de modo mais detalhado a seguir, pressupõe a criação de um avatar e isso implica a construção de sua aparência, sem dúvida, mas também sua socialização na plataforma a partir de uma identidade própria" (LEITÃO e GOMES, 2011).

²⁴ Durante o tempo em que permaneci ativa no aplicativo, tomei o cuidado de informar, toda vez que iniciava uma nova conversa, que estava realizando uma pesquisa e perguntava para os perfis com os quais interagi se ficariam a vontade de participar. Nenhum deles se recusou, se mostrou reticente, nem pediu para que seus dados fossem mantidos em sigilo. Conforme determina a Resolução 510 de 07/04/2016 (DOU) sobre o processo de consentimento e do assentimento livre e esclarecido da participação em pesquisas das Ciências Humanas e Sociais.



“Olá, Ogunté²⁵! Sou do Ogun”). Um dado que nos chamou atenção, já que passamos a comparar quase diariamente a movimentação em nossos perfis, foi o de que com elas, a maioria dos *matches* eram seguidos de uma conversa ou, minimamente, um galanteio, o que não ocorria comigo. No meu caso, os interessados ‘curtiem’ o perfil, mas não iniciavam nenhuma conversa. Recebi 328 *matches*, número quase 50% maior que o das outras interlocutoras, ao longo do período. Adotamos como procedimento não iniciar nenhuma conversa com os perfis que davam *match* em nossas fotos. Combinamos que apenas reagiríamos conforme elas iam surgindo. Dos seis perfis com os quais interagi, cinco se identificaram como pertencentes a religiões afro-brasileiras, apesar desta informação não aparecer publicamente em suas páginas, e apenas um se identificou como adepto da Ordem Rosacruz. Por outro lado, de todos os perfis que elas conversaram neste período, em torno de quatro ou cinco por dia/cada, nenhum revelou pertencimento religioso e não houve nenhuma abordagem referente a qual religião elas pertenciam. Ou seja, mesmo depois de várias horas de conversa, nem elas e nem os perfis com os quais elas conversavam, tinham ideia sobre os respectivos pertencimentos religiosos. Outro fato interessante é que com as outras participantes, os interessados (ou melhor, os que davam *match* no perfil) voltavam dias consecutivos no chat do aplicativo para continuar as conversas. Já comigo, as conversas aconteciam esporadicamente e sempre eram iniciadas a partir do pertencimento religioso. Três deles, inclusive, iniciavam as abordagens com cumprimentos específicos de suas nações²⁶. O dado religioso se demonstrou central em minhas interações. Tanto que, ao invés de me perguntarem onde morava ou com o que trabalhava – perguntas comuns e frequentes com elas – comigo era “onde fica seu terreiro?”, “você joga búzios?”²⁷.

²⁵ Em referência ao fio de contas que uso na foto do perfil e informa que sou iniciada para Iyemonja Ogunté - a Iyemonja que caminha com Ogun, sendo a passagem de Iyemonja que vai a guerra e carrega o alfanje. O fato de se declarar do Ogun sugere uma aproximação e intimidade a partir do Orixá comum.

²⁶ Há cumprimentos específicos para cada ‘nação’ do candomblé: os jeje se cumprimentam com “Kolofé”, cuja resposta é “Kolofé, Olorum”; os yorubás, com “Motumbá”, cuja resposta é “Motumbá, axé”, e os bantus com “Mukuiú”, cuja resposta é “Mukuiú N’Zambi.

²⁷ Um dos perfis com o qual interagi, depois de se certificar que eu era uma religiosa, contou que cresceu no terreiro de sua mãe, mas que havia abandonado a religião depois que ela morreu. Toda a nossa conversa se resumiu na insistência dele para que eu o levasse no terreiro. Por uma questão de segurança pessoal, não cedi aos seus pedidos.



Dos seis perfis, apenas um (candomblecista, bombeiro militar da reserva, 62 anos, morador de Barra de Guaratiba) me convidou diretamente para sair. Como tivemos uma interação maior – ele se mostrou bastante interessado em saber sobre os dados que estavam sendo produzidos – perguntei se ele havia conhecido pessoalmente alguma mulher que tivesse perfil no aplicativo e ele me informou que “por diversas vezes já havia se encontrado com mulheres para sexo casual, como também já tinha namorado uma mulher do Badoo”. Diante de sua disponibilidade quis saber se a religião delas seria empecilho para um relacionamento.

Para mim, não. Já saí com várias evangélicas que conheci no Badoo. Aqui tem várias insatisfeitas com os maridos [...]. Macumbeira declarada igual a você ainda não tinha visto, não. Mas, a minha macumba também é boa. Quer experimentar?

Algumas considerações

Diante da riqueza dos dados construídos neste curto período de investigação, podemos reconhecer que os ambientes digitais tem se revelado espaços profícuos para investigação antropológica. Mesmo assim, com todo este potencial, ainda são territórios que permanecem pouco explorados. Ao tentarmos construir um objeto que considere o dado religioso, a partir de um aplicativo que se apresenta para seus usuários como um “barzinho virtual para a promoção de encontros entre adultos”, acessamos apenas algumas poucas possibilidades diante das múltiplas que estes campos oferecem. Chegar até aqui fazendo algumas considerações é, por certo, ter apenas a pretensão de apontar que, para quem utiliza o Badoo com intuito de fazer sexo casual ou como, no caso das minhas interlocutoras, que pretendem “abrir possibilidades para encontrar alguém legal”, o dado religioso não é, à priori, relevante. Porém, conforme tentei demonstrar, quando é evidenciado o pertencimento religioso no perfil do usuário, pelo menos no caso do candomblé, ele torna-se o ponto principal para que algum tipo de relação seja estabelecida. Seria prematuro apontar que esta reação esteja relacionada a condição de exotismo que envolve as religiões afro-brasileiras, ou ainda ao medo de feitiço



(MAGGIE, 1992) apontado por Seu Caboclo como um dos motivos das afro-religiosas se manterem solteiras. Acredito que também não é possível afirmar, nem desmentir se é verdade que “a coisa mais difícil é mulher de candomblé ter marido”. Porém, vimos que, ao menos no espaço do aplicativo Badoo, o dado religioso é o tipo de informação que, se explicitado, aproxima apenas os que possuem o mesmo pertencimento religioso ou ainda aqueles que possuem algum tipo de curiosidade. Fiquei imaginando: será que o mesmo aconteceria se, ao invés de colocar em meu perfil uma foto onde estivesse com roupas de candomblé, colocasse uma em que estivesse com uma Bíblia nas mãos, dentro de uma igreja? Mas aí, não seria apenas uma nova possibilidade? Das inúmeras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosiane Rodrigues de. **Quem foi que falou em igualdade?** Rio de Janeiro: Autografia, 2014.

135

BERREMAN, Gerald. “Por detrás de muitas máscaras” In: **Desvendando máscaras sociais** (Org) Alba Zaluar Guimarães. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975.

BONIOLO, Roberta Machado. **Da “feijoada” à prisão:** o registro de ocorrência na criminalização da “intolerância religiosa” na região metropolitana do Rio de Janeiro. (Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais). Niterói: UFF, 2011.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís R. “Racismo, direitos e cidadania”. In: **Revista Estudos Avançados** (USP) 18 (50). São Paulo: USP, 2004.

CEFAÏ, Daniel. “Como nos mobilizamos: A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva”. **Dilemas:** Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, n. 4, v. 2. Rio de Janeiro: NECVU/IFCS-UFRJ, Abr-Jun.2009, p. 11-48.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”. **Cadernos de Campo**, nº 13. São Paulo: Unesp, 2005.

FRESTON, Paul. “Breve história do pentecostalismo brasileiro”. In: **Nem anjos nem demônios: Interpretações sociológicas do pentecostalismo**. ANTONIAZZI, Alberto (Org). Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-162.



GOULART, Julie Barrozo. **Entre a (in)tolerância e a liberdade religiosa**: a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa, suas reivindicações e estratégias de inserção no espaço público fluminense. Monografia de conclusão de curso em Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense. UFF, Niterói, 2010.

HANNERZ, Ulf. **Being there... and there... and there!** Reflections on Multi-Site Ethnography. Ethnography, London: 2003

MAGGIE, Yvonne. **Medo de feitiço**: relações entre magia e poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARIANO, Ricardo. **Neopentecostais**: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. “Entre o público e o privado, considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro”. **Anuário Antropológico/2009 - 2**, 2010, p. 125-152.

_____. “Combate à intolerância ou defesa da liberdade religiosa: paradigmas em conflito na construção de uma política pública de enfrentamento ao crime de discriminação étnico-racial-religiosa”. **33º Encontro Anual da ANPOCS**. São Paulo, 2011.

_____. **Se está nos autos, está no mundo**: a intolerância religiosa e os limites de aceitação de identidades públicas. No prelo.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de; MOTA, Fabio Reis; PINTO, Paulo Gabriel Hilu. **Relatório sobre a Comissão de Combate à Intolerância Religiosa**: balanço de dois anos de atividade. Rio de Janeiro, 2011.

NOGUEIRA, Isildinha B. “O corpo da mulher negra”. **Pulsional Revista de Psicanálise**, ano XIII, n° 135, p. 40-45, 1999. Texto apresentado e discutido no Encontro Sul-Americano dos Estados Gerais da Psicanálise. São Paulo, 1999.

_____. **Nem tudo é mediável**: a invisibilidade dos conflitos religiosos e as formas de administração de conflitos (mediação e conciliação) no Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado em Antropologia, Universidade Federal Fluminense. Niterói: UFF, 2013.

VITAL DA CUNHA, Christina e LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política**: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs



no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

